



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CNPJ – 05.220.745/0001-80**

ATA Nº 08 DE 2026

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, em reunião ordinária, os membros do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Japurá – JAPURÁ PREV, os seguintes conselheiros: Michelli Alda Sorpili Pinto, Presidente do Conselho; Huelyton Andrade Godoy; Márcia Simoni Rizato; Izabela Ramandelli; e Renato Bieli Mendes de Oliveira. A reunião teve por objetivo a apresentação, análise e avaliação da gestão econômica, financeira, orçamentária e dos investimentos do JAPURÁ PREV, referente ao mês de julho de 2026, bem como a apreciação e deliberação acerca do Plano Anual de Contratações e da proposta apresentada pelo Instituto Totum para prestação de serviços de auditoria de certificação do Programa Pró-Gestão RPPS – Nível II. Inicialmente, foram reiteradas a estrutura organizacional do Instituto e as competências do Conselho de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 039/2020, ressaltando-se que o Conselho de Administração é o órgão de deliberação e orientação superior do JAPURÁ PREV, competindo-lhe, entre outras atribuições, estabelecer diretrizes, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos, acompanhar a execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários e autorizar a contratação de auditores independentes. Na sequência, foi apresentado o cenário econômico referente ao mês de julho de 2026, destacando-se que, conforme dados apresentados com base no Boletim Focus de 31 de julho de 2026, a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB para 2026 permaneceu em 1,99%, enquanto a expectativa para o IPCA recuou para 5,03%, registrando a quinta queda semanal consecutiva, embora ainda permanecesse acima do limite superior da meta. A projeção da taxa Selic para o encerramento de 2026 foi apresentada em 13,75% ao ano, mantendo-se o cenário de juros elevados e favorável às aplicações em renda fixa, enquanto a projeção cambial para o encerramento do exercício permaneceu em aproximadamente R\$ 5,20 por dólar. Diante desses indicadores, destacou-se a perspectiva de desaceleração das expectativas inflacionárias, atividade econômica moderada e manutenção de juros em patamar elevado. Em relação à Política de Investimentos de 2026, foi reafirmada a meta de rentabilidade correspondente ao IPCA acrescido de 5,52% ao ano, tendo como referência estimada o percentual de 9,84%, permanecendo observados os limites estabelecidos para os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos no exterior e demais modalidades autorizadas, bem como os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza das obrigações previdenciárias e transparência na aplicação dos recursos. Na sequência, foram apresentados os demonstrativos financeiros referentes ao mês de julho de 2026. As receitas totalizaram R\$ 1.259.383,23, sendo R\$ 650.340,91 correspondentes às receitas correntes e R\$ 609.042,32 às receitas intraorçamentárias. Dentre as receitas correntes, foram demonstrados R\$ 255.924,39 referentes às contribuições, R\$ 385.351,99 de receita patrimonial e R\$ 9.064,53 de outras receitas correntes. Quanto às despesas, foram apresentadas despesas empenhadas no montante de R\$ 1.140.933,59, sendo R\$ 1.112.425,91 relativos a pessoal e encargos sociais, compreendendo aposentadorias, pensões, pessoal ativo/requisitado e obrigações patronais, além de R\$ 28.507,68 correspondentes às demais despesas correntes necessárias ao funcionamento administrativo do Instituto, incluindo despesas com tecnologia e comunicação, jetons, cálculo atuarial, locação de imóvel, ações institucionais relacionadas ao Pró-Gestão, energia elétrica, consultoria de investimentos, materiais de limpeza e copa, tarifas e demais despesas administrativas. Em relação ao resultado orçamentário acumulado de janeiro a julho de 2026, registrou-se que as receitas totais alcançaram R\$ 8.512.885,65, enquanto as despesas empenhadas totalizaram R\$ 5.645.591,51, resultando em superávit orçamentário de R\$ 2.867.294,14, demonstrando a manutenção do equilíbrio financeiro do Instituto no período analisado. No que se refere aos investimentos, foi apresentado saldo anterior de R\$ 37.870.725,87, aplicações no valor de R\$ 864.745,25, resgates de R\$ 1.089.000,00 e rendimento mensal de R\$ 382.257,99, resultando em saldo final da carteira de R\$ 38.028.729,11. O rendimento acumulado no exercício alcançou R\$ 2.741.867,80, correspondendo a aproximadamente 81,47% da meta anual estimada, calculada em



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CNPJ – 05.220.745/0001-80**

aproximadamente R\$ 3.365.407,43. Também foi apresentada a composição da carteira por segmento, registrando-se que 99,20%, correspondentes a R\$ 37.723.912,72, encontravam-se alocados em renda fixa; 0,70%, correspondentes a R\$ 265.313,80, em fundos imobiliários; e 0,10%, correspondentes a R\$ 39.502,59, em renda variável, totalizando 0,80% da carteira fora da renda fixa. Após análise dos demonstrativos, verificou-se a predominância das aplicações em renda fixa, compatível com o cenário econômico de juros elevados e com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos vigente. Prosseguindo-se com a pauta, foi apresentado ao Conselho de Administração o Plano Anual de Contratações do JAPURÁ PREV, contendo o planejamento das contratações necessárias ao funcionamento e atendimento das demandas administrativas do Instituto. Após análise e discussão pelos membros, considerando a necessidade de planejamento prévio das aquisições e contratações e a adequada organização administrativa e orçamentária do Instituto, o Plano Anual de Contratações foi aprovado pelo Conselho de Administração, ficando autorizada a adoção das providências administrativas necessárias à sua execução, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação aplicável a cada contratação. Em seguida, foi submetida à apreciação do Conselho a proposta comercial e técnica apresentada pelo Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda., referente à prestação de serviços de Auditoria de Mudança de Nível no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, visando à certificação do JAPURÁ PREV no Nível II de aderência. Foi informado que a proposta contempla a abertura formal do processo de certificação, pré-auditoria documental, auditoria inicial de certificação *in loco*, emissão do Termo de Concessão da Certificação Institucional, quando atendidos os requisitos, e auditorias de supervisão previstas no ciclo, pelo valor total de R\$ 16.537,50 (dezesesseis mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), estando incluídos no valor os custos de logística relativos a deslocamento, alimentação, transporte e hospedagem. Foi esclarecido, ainda, que a certificação, caso obtida, terá validade de três anos e que a proposta prevê o direito à inscrição de dois profissionais para realização da prova de Certificação Profissional do Ministério da Previdência Social, nas condições estabelecidas no instrumento apresentado. Após análise da proposta, considerando a importância do Pró-Gestão RPPS para o aprimoramento dos controles internos, da governança corporativa, da educação previdenciária, da transparência e das boas práticas de gestão do Regime Próprio de Previdência Social, bem como a competência do Conselho de Administração para determinar a realização de auditorias e autorizar a contratação de auditores independentes, os membros do Conselho de Administração aprovaram a proposta apresentada pelo Instituto Totum, no valor total de R\$ 16.537,50, destinada ao processo de mudança da certificação institucional do JAPURÁ PREV para o Nível II do Pró-Gestão RPPS, autorizando o prosseguimento das providências administrativas necessárias à formalização da contratação, observadas as exigências legais aplicáveis. Após a apresentação dos relatórios, análise dos documentos e esclarecimentos prestados, os membros do Conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente quanto à condução da gestão administrativa, financeira, orçamentária e dos investimentos do JAPURÁ PREV no período analisado, reconhecendo que os resultados apresentados demonstram a manutenção do equilíbrio financeiro e a observância da Política de Investimentos e das normas aplicáveis. Ficaram igualmente registradas a aprovação do Plano Anual de Contratações e a aprovação da proposta do Instituto Totum para a auditoria destinada à certificação do JAPURÁ PREV no Nível II do Pró-Gestão RPPS. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes.

Michelli Alda Sorpili Pinto (Totum – CP RPPS CODEL I) _____
Presidente do Conselho de Administração

Izabela Ramandelli (Totum - CP RPPS CGINV I) _____
Conselho de Administração



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE JAPURÁ
CNPJ – 05.220.745/0001-80**

Márcia Simoni Rizato (Totum – CP RPPS CODEL I) _____
Conselho de Administração

Huelyton Andrade Godoy (Totum – CP RPPS CODEL I) _____
Conselho de Administração

Renato Bieli Mendes de Oliveira (Totum - CP RPPS DIRIG I) _____
Conselho de Administração